

DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO: A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO SÉCULO XX

Camila Gonsales¹

¹Graduanda em História – Universidade do Sagrado Coração, Bauru, SP. Artigo apresentado para as matérias de História do Brasil e História Contemporânea, sob a orientação da Prof.^a Dra. Lourdes Madalena Conde Feitosa e Prof. M.e Roger M. M. Gomes. 2017

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer para o leitor a história da feminização no ensino: o momento em que a mulher é incluída nas salas de aula e que passa a ser professora, contextualizando sua situação com a sociedade da época em que via o papel feminino como incapaz de seguir uma função paralela ao lar - fora dos assuntos e da vida pública. Por meio da utilização de leis, mostrar a diferença entre o ensino feminino do masculino, e seu reflexo na sociedade, propondo uma discussão que é presente até os dias atuais.

Palavras-chaves: Mulher. Magistério. Feminização.

INTRODUÇÃO

É possível observar que a História, através de seus livros didáticos e relatos, sempre registrou os grandes acontecimentos da vida pública, como por exemplo as batalhas, grandes decisões e eventos, deixando registrado o papel forte do homem, do nobre e que a sociedade dependeria exclusivamente de suas decisões e lutaria por elas.

Pois bem, o homem estava incluído na esfera pública, e isso o tornava ativo na participação política, ativo para estudar, trabalhar, sair, comprar, viajar e fazer uma carreira.

O que a História quase nunca nos trouxe, foram os registros do papel feminino no âmbito privado, no qual a mulher era a responsável, por exemplo, em educar as crianças – homens, para mais tarde serem conhecidos como Heróis.

Os homens tiveram um papel importante para os grandes feitos da sociedade, porém não foram somente eles que participaram das batalhas, decisões e grandes eventos.

A imagem da mulher “civilizada” estava incluída em uma sociedade patriarcal, no qual seu espaço se limitava em cuidar do lar, filhos e marido. Contudo, não podemos excluir da História os registros de mulheres como: Anita Garibaldi, Maria Quitéria, Tarsila do Amaral, Nísia Floresta, Leolinda Dalto e Dandara – Essas mulheres foram fundamentais e tiveram uma enorme influência para o país.

Importante destacar uma semelhança entre essas mulheres: elas tiveram que lutar contra o preconceito conforme destaca Rabelo Martins:

Desde a Antigüidade, a mulher deveria ser controlada e submetida à moral dos homens. Para essa moral, ela era posse de um homem, tornando-se apenas um objeto no domínio masculino, conforme nos diz Foucault: “Trata-

se de uma moral dos homens [...]. Conseqüentemente, moral viril, onde as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar, quando as têm sob seu poder [...]" (2001, p. 24). É essa moral que perpassa a Antigüidade e que molda a moral Moderna, tendo importantes influências na memória social. (MARTINS, 2010, p. 6170)

A educação é a base para o ser humano adentrar ao espaço público, ter o entendimento de sua futura carreira e compreensão da natureza do mundo, bem como de suas responsabilidades. Dessa forma, o artigo propõe uma reflexão sobre a feminização do magistério, o preconceito que a mulher enfrentou e ainda enfrenta por fazer escolha que não agrade a sociedade.

A princípio, a educação no Brasil era voltada para o sexo masculino e conduzida por padres ou jesuítas, e aqueles que possuíssem melhores condições econômicas poderiam contratar tutores particulares. Isso porque o homem deveria ser reconhecido no âmbito público, obtendo uma maior influência, logo necessitava de instrução suficiente para isso.

Que lugar ocupariam as mulheres se não tinham acesso à educação? Bem, as mulheres precisavam manter a postura de “boa moça”, religiosa, mãe do lar e que prezava pelos bons costumes, tanto que é comum ver relatos de mulheres que eram vistas fora de casa e fora do âmbito religioso e por isso acabavam sendo difamadas e julgadas pela sociedade (RAGO, 1997.):

Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. Não socializar informações importantes era uma boa estratégia, e os homens se valiam dela procurando preservar seu espaço na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino.

Por isso, não era necessário que as meninas entrassem em uma sala de aula para estudar, porque sua vida se limitaria ao ambiente de dentro de casa, e quem ensinaria ela os padrões dessa sociedade seriam os próprios pais e o marido.

Com a abertura do magistério para as mulheres, elas acabaram por sofrer um preconceito que já era enraizado, segundo o qual a sua participação seria limitada ao âmbito privado. E quando finalmente foi possível entrar no âmbito público sua remuneração era muito inferior à dos homens, sem mensurar a parte do preconceito pela imagem feminina no espaço público.

Através do discurso da inferioridade da mulher, o magistério acaba desvalorizando seu papel através do argumento de sua ética e moral conforme leciona Rabelo:

A associação da atividade de magistério a um “dom” ou uma “vocação” feminina baseia-se em explicações que relacionam o fato de a mulher gerar em seu ventre um bebê com a “conseqüente função materna” de cuidar de crianças; função esta que seria ligada à feminilidade, à tarefa de educar e socializar os indivíduos durante a infância. Dessa forma, a mulher deveria seguir seu “dom” ou “vocação” para a docência. (MARTINS, 2010, p. 6168)

A partir da primeira lei de ensino, que data 1827, o ensino tornou-se público e gratuito, e a partir desse momento as mulheres puderam frequentar as escolas caso houvesse a necessidade dentro da cidade, porém os conteúdos ministrados seriam

diferentes para os sexos. Os homens aprenderiam geometria e instrução de aritmética, e o ensino feminino se voltava para a economia doméstica.

Diante do ensino, é possível observar que apesar da inclusão das mulheres na sala de aula, é claro o papel que elas deveriam seguir dentro de casa, por meio da economia doméstica e apelando para a moral, reconhecendo sua honestidade e rejeitando qualquer domínio de racionalidade para aprender geometria e afins.

UM BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

No fim do século XIX houve a eclosão do êxodo rural e a busca pela área de trabalho nas áreas urbanas aumentou – no campo não era presente essa divisão de trabalhos para homens e mulheres, ficando a mulher responsável por plantar, colher e cuidar da casa – sendo que as mulheres buscavam uma melhor condição de vida trabalhando em fábricas, escritórios, hospitais, escolas e conseqüentemente dentro de suas casas também, se tornando uma jornada dupla.

A partir da Revolução Industrial, o Brasil necessitou de uma demanda maior de trabalhadores, e junto com isso começou a ser criado um discurso da inferiorização da mulher, que por meio da biologia e da medicina tentava se explicar a diferença cognitiva entre homens e mulheres, fazendo com que a mulher assumisse o papel da “incapacidade” para atuar na esfera pública. Além, do discurso da medicina, criou-se também um papel moral da mulher, em que sua função seria de cuidar da casa e dos serviços domésticos, educar os filhos e ser boa esposa.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a industrialização e a modernização precisavam dessa demanda de trabalhadores, as mulheres sofriam um preconceito enraizado por adentrarem à vida pública.

Este preconceito que se refletia no salário inferior, na difamação e condições desumanas de trabalho é tratado por Freire, que assim discorre sobre o assunto:

Em contrapartida, diante do processo de modernização, que o país começava a experimentar, em meados do século XIX a sociedade brasileira reclamava o descaso com a educação e reivindicava a criação de escolas de formação de professores, já que o nível do ensino ministrado nas escolas à época era considerado bastante precário. (FREIRE, 2011, p. 246)

Nesse sentido, a necessidade da mulher no mercado de trabalho gerou muita crítica de teóricos da época, afirmando que elas deixariam de ser boas mães e donas de casa, abandonariam seus filhos sem o mínimo de educação, ética e bons costumes, além disso, se utilizou do discurso da incapacidade biológica para sair do âmbito privado para o espaço público.

O “estereótipo” de mulher no Brasil era algo muito relativo, uma vez que na família patriarcal o responsável por administrar e cuidar dos assuntos públicos eram os homens. Contudo, essa predominância masculina não restringia por completo a influência e o trabalho das mulheres, mesmo sendo direcionada desde nova aos interesses do lar e da boa conduta, elas intervinham frequentemente nos assuntos administrativos da família, como a propriedade ou na política partidária de sua família, ainda mais em casos de falecimento de seu marido ou quando se encontrava sozinha.

Dessa forma, a educação da mulher e seu “estereótipo” variava conforme sua classe social, como apresenta Monteiro (2012, p. 79):

As de classe inferior desempenhavam toda sorte de trabalho pesado (inclusive agricultura e mineração) aprendido de forma assistemática, no convívio com os mais velhos e experientes. As de classe superior aprendiam os afazeres domésticos e as regras de boas maneiras.

Conforme o trecho citado acima, não havia um padrão da mulher brasileira, mas fica claro que mesmo sendo de uma classe social superior ou inferior elas acabavam tendo sua influência e participação de forma indireta ou direta. Nesse caso, o que muda são as condições econômicas e sociais de cada mulher no período sem haver uma universalização da mulher brasileira.

Algumas mulheres de classe econômica superior insistiam em aprender a ler e escrever para que pudessem fazer orações, ficando claro que a religião se responsabilizava em moldar e universalizar o papel da mulher na sociedade e o ensino era voltado somente ao exercício da religião para que pudessem acompanhar as orações e os escritos da Igreja (MONTEIRO, 2012, p.3081) “A religião exerceu grande influência no cotidiano e contribuiu para manter e reproduzir não apenas a subordinação da mulher, a dominação masculina, mas a própria estrutura da sociedade de classes em seus diferentes momentos históricos.”

Apesar das circunstâncias que a mulher estava inserida e seus valores, para aquelas com uma situação econômica superior, era contratado professoras da Europa para que ensinassem boas condutas e economia doméstica, afim de ensina-las a vida de casadas e seus comportamentos.

A FEMINIZAÇÃO NO MAGISTÉRIO

Somente com a lei de 15 de outubro de 1827 a educação passou a ser pública e gratuita tendo o primeiro curso de ensino normal em Niterói (RJ) em que o requisito para cursar seria a boa idoneidade moral e ter idade superior a 18 anos.

O processo de escolarização teve seu início com o ensino diferenciado para o sexo feminino e masculino, dessa forma, as mulheres deveriam ensinar às meninas e os homens deveriam ensinar aos meninos.

Além disso, o currículo feminino estava repleto de restrições por parte do magistério: a mulher deveria ter uma boa conduta tendo uma certa idade e autorização dos pais se solteira ou do marido se casada, apresentar a certidão de óbito se viúva, e justificar o comportamento como pessoa honrada no caso de separação.

O currículo feminino era baseado em costurar, bordar e cozinhar, enquanto os homens estudavam matérias científicas. Importante observar que nesse contexto as mulheres não poderiam ensinar, por exemplo geometria, uma vez que essa matéria, por ser privativa do sexo masculino, trazia uma remuneração maior, conforme depreende-se do art. 11 e 12 da Lei de 15 de outubro de 1827:

Art. 11 - Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

As aulas funcionavam em horários diferentes ou em prédios diferentes não havendo interação alguma entre meninos e meninas promovendo cada vez mais a formação no magistério dessas mulheres pela necessidade de atender o público feminino dentro da sala de aula.

Mulheres negras e indígenas não eram inclusas no processo de escolarização, restringindo mais uma vez a oportunidade de todas as mulheres possuírem um ensino formal e igualitário: (FREIRE, 2011, p. 246)

Crianças negras e índias ficavam fora da escola pública enquanto os imigrantes tinham proposta de educação diferenciadas em função de suas origens bem como da sua forma de inserção na produção e na sociedade brasileira [...] A escolarização das meninas não era vista como prioritária por seus pais e também não se constituía preocupação do poder público.

Os imigrantes passaram a ter dois papéis fundamentais para o processo de modernização no país: O primeiro é o fator da mão de obra ser mais barata do que de negros, mulheres, crianças e homens, sendo mais interessante para o empregador contratar a mão de obra imigrante do que as outras; o segundo fator é pela busca da eugenia da raça ariana no Brasil.

Ainda no século XIX houve a criação das escolas “mistas” havendo a regulamentação da carreira de professores(a) fazendo com que o público feminino se fizesse presente cada vez mais presente nas escolas.

A partir de 1870 houve a criação das escolas protestantes fora do contexto de catequização, aparecendo as aulas de ensino público e mistos acarretando na predominância do público feminino. As mulheres recebiam autorização para lecionar para os meninos de uma certa idade, geralmente de 12 a 14 anos, enquanto os homens não conseguiram tal permissão para lecionar às meninas (STAMATTO, 2002, p.7)

Da mesma forma, por volta desta época, surgiu a construção do discurso da “vocação natural” da mulher para o magistério. Elas eram dotadas, afirmavam os médicos, pais, clero, governantes, de mais coração e ternura, qualidades “naturais” para professores exercerem sua profissão.

Com o discurso de que a mulher estava exercendo a sua “vocação natural” uma vez dentro do lar ela lidava com crianças e com educação, o salário continuava inferior ao dos homens, e o cargo de superioridade nas escolas – diretor e coordenador – passou a ser essencialmente masculino, ficando dessa forma a mulher responsável por lecionar e o homem em administrar.

É importante salientar também que a partir do momento em que a mulher se torna professora, ela é responsável por uma jornada dupla: trabalhando fora e dentro de casa, assumindo o compromisso da harmonização do lar e de sua “vocação natural” que é cuidar dos filhos e do marido.

Homens públicos e algumas mulheres defendiam a necessidade de promover a educação do sexo feminino, reservando para elas o papel de educadoras da infância. Ainda assim, este atributo colaborou para transformar as funções sociais clássicas atribuídas a elas que, no exercício da docência, não mais ficariam restritas ao espaço da casa. Reconhecer esse deslocamento implica relativizar as concepções segundo as quais a progressiva inserção das mulheres na docência teria limitado a atuação das mesmas a um campo

profissional próximo de sua “natureza”. De modo equivalente, observar as condições do magistério primário exercido por homens e mulheres permite problematizar a tese de que o processo de feminização foi o desencadeador de uma desvalorização social da profissão. (UEKANE, 2010, p. 44)

Portanto, dizer isso está atrelado essencialmente a desvalorização do magistério e da feminização, uma vez que que isso implica diretamente na função natural de educar e ensinar crianças, o que acabou desqualificando o trabalho de educadora na sala de aula.

FEMINIZAÇÃO NO MAGISTÉRIO E BRASIL.

Por conta das melhores condições socioeconômicas no Brasil Republicano, o investimento em escolas normais e o ensino primário aumentaram. A ideologia liberal buscava no ensino uma ascensão social de todas as classes, e a qualificação para atender a demanda no mercado de trabalho, portanto, tal mudança viria por meio da educação. Mesmo sabendo que várias tentativas decorrentes da educação não dariam certo, a princípio a ideia seria trazer mudanças na sociedade, e a educação seria a principal responsável.

Aos poucos, mulheres buscavam cada vez mais seu espaço dentro dessas instituições como professoras, adquirindo sua própria renda. Contudo, enquanto as mulheres buscavam no ensino uma oportunidade de lecionar e ter seu próprio rendimento, os homens buscavam a escola para assumir cargos de chefia, como coordenador e diretor.

Mantinha-se, pois a ordem social vigente e as mulheres teriam uma escola que forneceria um diploma que lhes permitiria sustentar-se em caso de necessidade. A oferta de recursos humanos para o Ensino Primário que se expandia estava assegurada e os lares não sofreriam a ausência feminina, pois cuidar de crianças e educá-las era o destino que se esperava fosse cumprido. Alicerçava-se assim o ideário proposto e se perpetuava a tradição. (ALMEIDA, 2005, p.5)

Dessa maneira, ocorre novamente a desvalorização da mulher no magistério, uma vez que algumas escolas dariam diplomas para se “sustentar” em caso de necessidade e ao mesmo tempo elas estariam exercendo sua vocação natural que é criar, educar e ter contato com crianças, portanto, elas não estariam saindo do lar, mas fazendo um bem à sociedade por exercerem a sua natureza afim de educar essas crianças.

Enquanto o homem concorria cada vez mais com a vida pública, a mulher foi privada em casa para o bem da família, e tudo o que conspirasse para essa mulher sair de casa acabava se tornando algo ruim no olhar da sociedade, exceto em casos de viuvez ou falência declarada.

Além disso, não poderia haver concorrência alguma no mercado de trabalho entre homens e mulheres, porque isso seria um risco a eles, acabando com sua vocação natural e com a sua imagem de boa esposa e mãe do lar.

Sendo assim, (ALMEIDA, 2005 p.6) “a instrução da mulher deveria reverter-se em benefício da família e, através desta, à Pátria que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com grandes nações do mundo.”

O novo momento em que o Brasil enfrentava acabou trazendo ideias além da ascensão social, trazendo também o amor pela pátria, o que acabou refletindo diretamente no papel da mulher na sociedade, que vai de questões biológicas, como a maternidade, e representação no lar, à imagem da mulher burguesa, enxergando a figura materna no convívio em meio urbano, mostrando a evolução do país e sua questão patriota.

O homem permaneceu chefe da casa e responsável pelo sustento da família. O Estado Novo que instaurou a ditadura nos anos 30, em relação ao professorado, estabeleceu uma política de ambigüidades, pois mantinha a categoria num esquema de contenção salarial enquanto procurava dignificar a imagem profissional. As mulheres, que já eram maioria no magistério detinham, do ponto de vista social, uma imagem assexuada, ao incorporar a maternidade e o papel de guardiãs da moral da família e da Pátria. (ALMEIDA, 2005, p.8)

Uma porta a vida pública, mesmo com o discurso de vocação natural e sua desvalorização, passou a ser visto por muitas como uma forma de independência, pois acarretava em sair do lar e trabalhar com remuneração, e conseqüentemente elas não se tornariam somente útil dentro de casa cuidando dos afazeres domésticos e do marido, mas agora estava ingressa no mercado de trabalho e ajudando em casa economicamente.

Com mais acesso as escolas e ao exercício do magistério, os anos 30 foi marcado por grandes inovações no ensino, em que pela primeira vez a ideia liberal de ascensão social buscou encarar essa mudança afim da população alcançar os privilégios da classe dominante.

Aos poucos, a parcela feminina começou a exigir mais instrução por parte do Estado referente a educação, e com a mudança de 1937 começou a ser alterada essa estrutura da educação, pelo nacionalismo e para garantir as reivindicações da elite.

Consolidou-se assim nesse período um novo dualismo social e educacional: de um lado as elites nas escolas de elevado padrão educativo, de outro as classes populares sendo preparadas para o trabalho através do ensino profissionalizante. (ALMEIDA, 2005, p.10)

Portanto, para que se atendesse a toda essa demanda em que o Brasil estava precisando, foi necessário a figura feminina dentro das escolas, não só mais pelo discurso de vocação natural, mas que ela poderia auxiliar dentro de casa com sua renda sem sair do seu “código” de ética e boa conduta na esfera pública, enquanto os homens passaram a atuar na educação de forma administrativa e com cargos de diretor, havendo essa divisão até mesmo dentro do ensino.

A educação acabou se tornando para o período uma forma de modernização, pela necessidade de qualificação da época, então era necessário aumentar o investimento nas escolas e “universalizar” o ensino, mesmo que ocorresse tais mudanças a figura da mulher continuou a ser “*mãe do lar*.”

No Brasil, a inserção dessas mulheres nas salas de aula ocorreu de maneira rápida, mas o homem ainda continuou como chefe e administrador dessas instituições, e a imagem que se tinha era sua vocação natural ou “dom”. Mesmo sendo um trabalho remunerado e que requeria a demanda dessas mulheres no magistério, a profissão se tornou desvalorizada, porque enquanto homens lecionavam matérias lógicas como geometria, a mulher se dedicava a economia doméstica, e mais tarde, além de fatores

biológico como o de ser mãe, se acreditou que lecionar seria a forma de ingressar no mercado de trabalho sem tirar a autoridade do marido, pelo simples fato de que estaria exercendo um bem à pátria e por exercer algo que já era natural, como a criação e a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Revolução Industrial e com a eclosão do êxodo rural houve a necessidade da participação das mulheres no mercado de trabalho, e junto a isso, veio o discurso de sua inferiorização.

A feminização do magistério no Brasil se deu por um discurso da “*vocação natural*” da mulher, pelo fato de que inserida no âmbito privado ela se tornaria a principal responsável em cuidar do lar, dos filhos e do marido, além de manter uma boa conduta diante da sociedade, portanto estaria apta a assumir tal profissão.

Por meio de argumentos biológicos em que buscava caracterizar o magistério como o trabalho ideal à mulher, também ocorreu a desvalorização da profissão, pelo fator da natureza da mulher e por esta começar a ser maioria nas salas de aula.

Enquanto os homens assumiam posições de chefia dentro das instituições de ensino, como coordenadores e diretores a função da mulher se limitava na sala de aula e a princípio com a economia doméstica, em que ensinava as meninas a costurar, bordar, cozinhar e a língua portuguesa, já os meninos tinham aula de raciocínio lógico, matemática e geometria, deixando claro o dever de cada sexo diante da sociedade, como se refere o art. 11 e 12 da Lei de 15 de outubro de 1827.

Assim, em 1874, as escolas normais recebiam e formavam muito mais mulheres do que homens. Esse dado sugere que, já naquele momento, iniciava-se o processo de feminização do magistério. De acordo com Louro (1997a), a feminização do magistério deveu-se em parte ao processo de urbanização e industrialização, do final do século XIX e início do século XX, que absorveu a mão-de-obra masculina em outros setores, entre os quais, a indústria (FREIRE, 2011, p.247)

Mais tarde com a República, se deu o discurso de que a mulher deveria assumir tal posição pela necessidade da demanda de mão de obra e pela qualificação desses alunos que mais tarde atuariam no mercado de trabalho.

Com esses argumentos, a sociedade esperava que tais mulheres agissem em sua plena natureza por estarem lidando com crianças e com a educação, realizando dessa forma, uma jornada dupla, por trabalhar dentro e fora de casa.

A feminização do magistério não deixou de ser algo polêmico e mal visto diante da sociedade, por se tratar do espaço público e de trabalhar fora acabou gerando vários questionamentos referente ao “*estereótipo*” da mulher ideal e burguesa que a sociedade esperava junto com a sua “*vocação natural*” por poder gerar filhos e, portanto, educar (FREIRE, 2011 p.249)

[...] apoiados nos discursos jurídico, médico e psicológico, argumentavam que entregar a educação das crianças às mulheres seria uma “temeridade”, uma “insensatez”, em virtude de estas possuírem um “cérebro pouco desenvolvido” em função do “desuso” (SAFFIOTI, 1976, p. 211). Outros setores, no entanto, reconheciam a ‘natural’ inclinação da mulher para o trato com as crianças e defendiam o argumento de que bastava pensar o magistério como extensão da maternidade para compreender que este não subverteria a função feminina fundamental, ou seja, a função de mãe de família.

A história por meio de seus relatos e livros didáticos sempre nos trouxe o papel do homem diante a sociedade e seus grandes feitos, omitindo os feitos de mulheres, pobres e negros. A educação é a base para uma sociedade, para sua formação humana e profissional, e a feminização do magistério trouxe o grande feito dessas mulheres à sociedade brasileira, em que mesmo utilizando-se do discurso da inferioridade feminina ou de sua vocação natural, houve a participação e a luta dessas mulheres para atuarem em tal esfera.

A educação dessa forma, se tornou uma possibilidade de as mulheres adentrarem a vida pública, e terem sua própria renda, algo que a sociedade não aceitava por acharem as mulheres inferiores e inapropriadas para o mercado de trabalho.

Apesar do embate travado na sociedade a respeito da inserção e permanência das mulheres no exercício do magistério, a escola de formação de professores - homens e mulheres - transforma-se, em pouco tempo, em escola de mulheres. A procura pelos Cursos Normais, por parte das mulheres, cresce aceleradamente e a escola de formação docente se feminiza. (FREIRE, 2011, p.250)

Por meio dos debates e reivindicações, as mulheres passaram a ser maioria no exercício do magistério, como cita o autor, mas o preconceito enraizado por acharem que sua função se limitaria apenas ao lar bateu de frente com as aspirações de sair em busca de autonomia e até mesmo para auxiliar com sua renda, havendo assim a própria necessidade vinculado com o poder de participar da vida pública, e finalmente, fazer parte dos relatos históricos, da história e da diferença na sociedade.

INEQUALITY IN EDUCATION: THE FEMINIZATION OF TEACHING IN THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

This study aims to bring to the reader the history of feminization in teaching: the moment when the woman is included in the classrooms and becomes a teacher, contextualizing her situation within the society of the time that saw the feminine role as incapable of following a function parallel to home – apart from the public life and affairs. Through the use of laws, we show the difference between the female teaching of the masculine, and its reflection in society, proposing a discussion that is present until the present day.

Keywords: Woman. Teaching. Feminization.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1827). **Lei de 15 de Outubro de 1827..** Brasil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

- FONTANA, Roseli A. Cação. **Como nos tornamos Professoras?** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher No Magistério: Uma História de Embates Entre Espaço Público e Espaço Privado. **Revista Lugares de Educação, Bananeiras**, Pb, v. 2, n. 1, p.239-256, dez. 2011. p. 239-256 Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/viewFile/10971/7273>> 25 junho 2018.
- MONTEIRO, Ivanilde Alves. A Mulher Na História da Educação Brasileira: Entraves e Avanços de Uma Época. "**História, Sociedade e Educação no Brasil**", João Pessoa, Pb, p.1-26, ago. 2012.
- RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antonio Maria. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2010, Uberlândia. *Anais...* Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176 Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.
- RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: RAGO, Margareth. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/unesp, 1997. p. 580-605.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na História: A Mulher na Escola (Brasil - 1549 - 1970). **Programa de Pós Graduação em Educação – UFRN**, Rio Grande do Norte, p.1-11, mar. 2002.
- TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Livros Que Constroem, 1991.
- UEKANE, Marina Natsume. "**Mulheres na Sala de Aula**": Um Estudo Acerca do Processo de Feminização do Magistério Primário da Corte Imperial (1854 - 1888). **Gênero**, Niterói, Rj, v. 11, n. 1, p.35-64, set. 2010.